

# REFORMA POLÍTICA E USO DO TERRITÓRIO

Doraci Elias Zanfolin<sup>1</sup>

## Introdução

O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (M. Santos, 1991; 1996a, p. 51) mediado por normas, em permanente movimento.

A política participa do uso do território (sinônimo de espaço geográfico) compreendendo o sistema de ações, ações que constituem também o fenômeno técnico. Considerando as eleições como parte do funcionamento da política estatal, buscaremos pensar as eleições em sua vinculação com o uso do território.

M. A. A. de Souza *et al.* (2002, p. 245), ao estudar aspectos do fenômeno eleitoral no Ceará através de um enfoque territorial, levanta um questionamento que inspira a reflexão geográfica sobre as relações entre as ações eleitorais e partidárias e o uso do território. “A prática e a ação política nos municípios, no território cearense, está vinculada, por outro lado, ao número de votos, ao partido político com votação majoritária, a expressão política da grande liderança local, ou serão outros os mecanismos de criação dos territórios da abundância, aqueles bem servidos por equipamentos e serviços?”.

Com o acirramento da divisão territorial do trabalho neste período técnico-científico-informacional, o território diferencia-se cada vez mais quanto à materialidade de cada um de seus pedaços e é usado distintamente pelas pessoas, empresas e instituições. Temos, então, a partir dessa materialidade e usos diversos a possibilidade de identificação de região e lugares a partir do reconhecimento de diferentes coerências funcionais, muitas vezes de rápida duração.

Perguntamo-nos: o território usado – formado por regiões e lugares –, em seu papel ativo, exerce também uma influência sobre o comportamento eleitoral?

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil  
e-mail: dzanfolin@usp.br

Para M. A. A. de Souza (2003, pp. 17-18), “o conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo. O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, pois, um papel importante na formulação social brasileira, havendo ainda muito pouca compreensão sobre essa dimensão nova dos estudos a seu respeito. É bom lembrar que tudo passa, mas os territórios, espaços efetivamente usados, permanecem”.

As normas são outro dado do território usado. Sabendo que uma norma nacional pode incidir sobre os lugares e as regiões, procuraremos trabalhar, ainda preliminarmente, neste texto com alguns impactos que a reforma política poderá ter sobre as regiões e os lugares.

### **Região e lugar: retomando alguns de seus significados na geografia**

O termo região nasce com uma forte conotação política. No latim, *regio* deriva do verbo *regere*, que significa governar, reinar. *Regio* também era a denominação das unidades territoriais de ação e controle do Império Romano (R. L. Corrêa, 1986, p. 48).

Na geografia, a região é uma categoria presente em toda a sua história. Alguns autores consideram que Ritter (1779-1859), ao propor o estudo dos arranjos individuais, já sugeria o enfoque regional e dos lugares na geografia.

A região, já no século XVIII, torna-se um conceito das ciências naturais. A região natural era considerada a partir da combinação de elementos da natureza (clima, relevo, vegetação, etc) e oferecia limites mais estáveis. Segundo R. L. Corrêa (1986) este conceito de região, que perdurou por séculos, sofria forte influência do determinismo ambiental na interpretação da relação homem/natureza, em vigor no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do XX.

Com P. Vidal de La Blache, na passagem para o século XX o conceito de região ganha um lugar central dentro da disciplina e recebe novos conteúdos. Para R. L. Corrêa (1986), neste momento a idéia de região geográfica surge também como reação do possibilismo ao determinismo ambiental. Conforme o próprio P. Vidal de La Blache, em sua obra *Princípios de geografia humana* de 1921<sup>2</sup>, “é preciso partir da idéia que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem. É ele quem, ao submetê-las ao seu uso, dá luz à sua individualidade”.

---

<sup>2</sup> Obra póstuma.

A região vidaliana explicava-se a partir das relações homem-meio de uma porção intranacional previamente delimitada a partir de uma paisagem e personalidade únicas. Era dotada de coerência interna, fruto do equilíbrio entre as condições naturais e as heranças históricas, que lhe conferia identidade e singularidade, e pela longevidade de sua existência, construída historicamente. Seu fundamento era o gênero de vida<sup>3</sup>, que correspondia a forma de distribuição do povo, sua moradia, seus hábitos, costumes, formas de convívio, usos, costumes, entre outros aspectos. Tratava-se de uma “entidade concreta, palpável, um dado com vida” (R. L. Corrêa, 1986, p. 28).

A região vidaliana foi amplamente divulgada e aplicada a realidades muito diferentes da francesa deste período. Todavia, a sua utilização indiscriminada e continuada, enquanto o mundo e os lugares se transformavam, tornou-a alvo de severas críticas. Entre os críticos, estão aqueles que a consideram válida para explicar o período em que foi elaborada, mas inadequada a interpretação das novas realidades regionais. Estes propunham uma reconceituação da região a luz do novos presentes que se delineavam.

No contexto da metade do séc. XX, com o avanço do capitalismo que mostrava sua feição monopolista e financeira, o meio geográfico mudava muito: equipamentos relativos aos transportes e comunicações, urbanização, mecanização da atividade agrícola.

Esta nova constituição do meio geográfico permitia, cada vez mais, uma ação de “controle-remoto”, ou seja, a localização distante dos centros de decisão, sobretudo no que diz respeito às empresas multinacionais e suas filiais que começavam a ganhar o mundo. Verifica-se então um processo de alteração das realidades regionais e locais.

Ao mesmo tempo, o capitalismo revelava-se produtor de desigualdades, evidenciando-se as heterogeneidades regionais. E, somando-se a este quadro, havia a necessidade de reconstrução de países destruídos pelas Guerras Mundiais. Frente a este contexto, o discurso de defesa da intervenção do Estado na economia (keynesianismo) ganha força e, com ele, as iniciativas de planejamento territorial e regional.

Neste momento começam a ser elaborados – por geógrafos, economistas, administradores, entre outros – diversos conceitos “operacionais” de região que fossem aptos ao planejamento. A região aparece como uma parcela do território que permite exercer uma política de Estado. (respostas elaboradas pelo economia, pela geografia, pelo próprio Estado)

---

<sup>3</sup> “O homem criou para si gêneros de vida. Com ajuda de materiais e de elementos da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos

A partir dos anos 1950, surge nos Estados Unidos, Inglaterra e França vários trabalhos de economistas preocupados em encontrar as leis que fundamentam a distribuição das atividades no espaço (mobilidade do capital e dos investimentos, localização das empresas, o desenvolvimento industrial, etc) e com propostas de intervenção para diminuir as disparidades regionais. Estes estudos formaram uma linha teórica chamada *Ciência Regional*.

F. Perroux e J. Boudeville, alguns dos seus principais expoentes, propuseram três conceitos de região: homogênea, polarizada e a programa. Para J. Boudeville (1961, 1973, p. 55) “a região no Estado não deveria ser considerada como uma entidade independente, e sim como uma parte de um todo, ligada às outras unidades regionais e subordinada à concepção nacional de bem-estar público. Não se pode admitir que exista entre os interesses das diversas regiões um conflito cuja solução deva ser buscada independente dos anseios da nação. (...) Em todos os Estados soberanos, a região não constitui um fim em si mesma e sim um instrumento do bem-estar nacional”.

Em 1964, a obra *Geografia Ativa* de P. George e seus discípulos, já sob influência marxista, criticava a região vidaliana e propunha um enfoque regional fundamentado nos seguintes aspectos: a região era considerada como organização econômica e social, diferenciando-se da região como resultado da relação homem X meio; as situações regionais explicavam-se pelos sistemas sócio-econômicos e não pelos gêneros de vida; não era suficiente para explicar as situações e sim o sistema econômico e social; denúncia das contradições do modo de produção capitalista no quadro regional; região como objeto de intervenção; caberia ao poder público responsabilidades quanto à localização das atividades, cuidando da questão dos respectivos custos sociais desta localização.

Bernard Kayser (1964, 1966, p. 302), um dos discípulos de P. George, definia a região a partir de sua dimensão dialética e reconhecia o estágio de avanço técnico e científico da época. “Assim, quer se focalize a região na realidade de sua evolução, quer em suas perspectivas, ela é ao mesmo tempo o que está em jogo e o que resulta, instável de uma luta dialética. Ela só existe e só pode existir, de um lado, em função de estruturas organizadoras coerentes e poderosas, que têm a tendência a cristalizá-la no espaço; mas os fatores antagônicos que a fazem evoluir, por outro lado, voltam continuamente a pôr em questão seus limites e suas relações exteriores”.

Um pouco mais tarde, já associado à geografia crítica ou radical, Y. Lacoste (1976, 1993) defendia que a região era uma noção fundamentalmente política. Este autor alegava

---

e invenções, constituir alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso”. (*Princípios de geografia humana*, 1921, pp.115-116).

uma certa negligência quanto à divulgação dos aspectos políticos abordados por Vidal de La Blache. Segundo Y. Lacoste, *A França de leste* (1916), que trata com muita ênfase do fenômeno político, teria ficado desconhecida ou esquecida.

Outras críticas à noção de região vidaliana e também à geografia quantitativa foram elaboradas por geógrafos radicais. Entre eles, temos Y. Lacoste, com sua *A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra* (1976), e M. Santos, com sua *Por uma geografia nova* (1978).

Em Y. Lacoste (1976), a região aparece como um conceito obstáculo, alegando que não existiria uma forma apenas de dividir o espaço, outras divisões regionais seriam possíveis considerando, por exemplo, linhas de forças econômicas e de grandes centros urbanos. Criticava também a ênfase de Vidal de La Blache nas *permanências* e dizia que, na sua obra, houve pouca consideração do que era *novo*, fazendo referência aos efeitos da Revolução Industrial.

Para M. Santos (1978), a renovação do debate da geografia naquele momento incluiria uma rediscussão da região e o reconhecimento da crise da noção clássica de região.

Segundo o autor, as relações de um grupo com o seu meio explicam-se a partir de decisões de centros distantes (paisagens derivadas) e estas relações são fontes de desigualdades. Era também necessário considerar diferenciações sócio-econômicas no interior da região.

Na crítica à geografia quantitativa, os geógrafos radicais julgavam fundamental ir além das descrições de padrões e das funções regionais. Oponham-se à formalização geométrica do espaço e à quantificação matemática, que deveriam ser vistas apenas com um instrumento e não como a reflexão ou a análise geográfica (M. Santos, 1978).

Quanto à desconsideração dos processos históricos, já que a geografia quantitativa trabalha com resultados e não com processos, M. Santos levantava o seguinte questionamento: “Pode-se conhecer uma coisa desconhecendo sua gênese? O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação” (M. Santos, 1978, p. 53). Daí, considerar a região como produto histórico e parte de uma totalidade histórica e contraditória (não harmônica), revelando injustiças e desigualdades.

Considerando o espaço como um produto social, denunciava a ausência dos aspectos sociais e políticos nas análises quantitativas. Fundamentava, também, uma forte crítica ao planejamento, dizendo que o desenvolvimento regional almejado significava eficiência nas formas de reprodução do capital. A geografia como instrumento à planificação era uma geografia a serviço das classes dominantes (M. Santos, 1978, pp. 75-78).

Uma das críticas aos modelos econômicos (apesar de M. Santos considerar que alguns deles foram desviados) era a de que o desenvolvimento não se irradia homogeneamente e que são os interesses do grande capital que definem a localização das atividades (M. Santos, 1978).

Propunha que a explicação de uma região deveria contemplar a sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho. O argumento era que a diferenciação do espaço era resultado da divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação e de produção capitalista e a geografia quantitativa legitimava a instalação e o avanço de uma nova divisão internacional do trabalho. A mobilidade do capital promovia valorizações ou desvalorizações das regiões.

Em 1971, M. Santos explicava a crise da noção clássica de região, pelas novas condições técnicas e políticas que se instalavam. “Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, bem como a expansão da economia internacional – que se tornou ‘generalizada’ explicam a crise da noção clássica de ‘região’” (1971, pp. 9-10). Todavia, argumentava que “se ainda pretendemos manter a denominação, somos obrigados a redefinir a palavra”.

A expansão da economia internacional que implicava em comandos externos incidindo sobre os lugares e regiões também era responsável pelos novos conteúdos do fenômeno da região. “Nas condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Definida sobretudo do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos. Por conseguinte, a região não existe por si mesma” (M. Santos, 1971, pp. 9-10). M. Santos criticava fortemente a *autonomia regional*, forte herança vidaliana daqueles tempos. “Ora, os processos – sistemas em funcionamento – são na maioria das vezes comandados do exterior e impostos aos homens e atividades num espaço determinado. A ausência de uma *autonomia regional* é paralela à falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos” (1971, p. 10).

Já anteriormente, P. George (1968, 1970, p. 175) defendia que “uma região ou uma porção de espaço, seja qual for o termo empregado para qualifica-la, é a sede de uma ‘agitação’ feita de impulsos e pressões de caráter heterogêneo, possuindo cada um seu

próprio perímetro de projeção”. A questão dos limites regionais deve ser compreendida, segundo o autor, como um resultado da escolha de variáveis feita pelo pesquisador ou administrador e não podendo ser tomada como uma construção rígida, homogênea ou única, porque a cada movimento das partes o conjunto torna-se outro.

Sobre o conteúdo atual das regiões, M. Santos (1996a, pp. 196-197) propõe que a elaboração de um recorte regional deve basear-se na coerência funcional de uma área (região), que permite distingui-la das outras entidades, vizinhas ou não. Com a ampliação da divisão territorial do trabalho e o aumento dos intercâmbios, ocorrem mudanças rápidas e profundas no conteúdo e na forma (limites) das regiões, mas a curta duração de um recorte regional não nega a sua existência, o que importa é a sua coerência funcional.

Enfatizando essa idéia, M. L. Silveira (1999b) assevera que a região deve ser entendida, hoje, como área de ocorrência dos fenômenos, um tamanho do acontecer. A autora continua, explicando que os limites são, por isso, um produto e não um ponto de partida. Se a constituição do território muda, alterando a extensão dos fenômenos observados, conseqüentemente transforma-se, também, o tamanho da região. A coerência funcional (e não os limites) é o que define a continuidade da região.

Os lugares e as regiões são subespaços, daí sua constituição de objetos e ações. São formados “um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (M. Santos, 1988, p. 52).

Hoje, com o meio técnico-científico-informacional, tanto os objetos como as ações estão cada vez mais imbuídos de artificialidade e “cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes” (M. Santos, 1996a, p. 51). Daí, intensifica-se a aproximação das relações do lugar com o mundo, principalmente via verticalidades.

Enfocando os lugares a partir da totalidade da qual participam, temos “cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento. Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações ‘atuais’ de uma dada sociedade e, através dos seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total” (M. Santos, 1992, 1985, p. 18). O espaço total, ou a totalidade, seria o mundo, enquanto os lugares e as regiões seriam partes desta totalidade e, também, realização do mundo (da totalidade). Para M. Santos (1996b, p. 35) o lugar é uma funcionalização do Mundo; e é pelo lugar “que o mundo é percebido empiricamente”.

O mundo tomado como totalidade contém as possibilidades de um período. Estas possibilidades se geografizam ou concretizam seletivamente nos lugares. Conforme a sua constituição interna e a dinâmica externa de cada lugar ou região esta ou aquela possibilidade do mundo torna-se um evento ganhando existência efetiva. “Hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número de mediações é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniência. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas no conteúdo das regiões” (M. Santos, 1996b, p. 35).

Para Maria Adélia de Souza (1993, p. 91) “a difusão da informação, dos objetos, da exploração e a degradação do meio ambiente interferem nas identidades e disseminam as singularidades, indefinidamente, conectando lugares, por vezes, não contíguos”.

A seleção das possibilidades do mundo que se instalaram ou não nos lugares é também influenciada pela mediação da formação socioespacial. “Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo” (M. Santos, 1996a, p. 115).

Os usos diversos associam-se a comandos diversos que incidem sobre os lugares. “As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muita das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra” (M. Santos, 1996a, p. 65).

### **A região e os lugares e o sistema de ações eleitorais no Brasil**

Ao pensarmos na relação território usado e ações e normas eleitorais delinear-se-iam duas perspectivas. De um lado, quais relações podem existir entre a atual constituição do território e seu uso e sua influência sobre a ação dos eleitores. De outro, qual é a utilidade da Reforma política à sociedade como um todo, ao espaço com todos os seus lugares. Esta reforma poderá ser mais um discurso político vazio, que leve somente em consideração as formas e não as formas conteúdo, ou seja, o território e seu uso?

Quanto à primeira perspectiva, perguntamo-nos: nas áreas modernas ocorreria uma “opacidade da consciência” (M. L. Silveira, 1999a, p. 436)? A produção de um discurso onde a modernidade seja considerada cada vez mais uma necessidade e daí tendo reflexos no comportamento eleitoral? Nas áreas não modernas o discurso das propostas partidárias é o mesmo que o das áreas menos modernas, onde o meio técnico-científico-informacional não é tão presente ou imperativo?

Para M. L. Silveira (1999a, p. 436), em seu trabalho sobre a Argentina, “paralelamente à produção de um *território luminoso*, cuja feição é dada pelos acréscimos de ciência, tecnologia e informação, advém, graças à nova ideologia, a *opacidade da consciência*. Um território moderno, em função do que abriga, acaba por limitar a consciência e, assim, sob o postulado de que o real é o possível, convida à realização de ações que aprimoram e reproduzem esse modelo de modernização. Eis à tendência à imitação e difusão dessa modernidade”.

Ao considerar os espaços do mandar e os espaços do fazer, M. Santos (1994, p. 107) parece perguntar-se sobre o papel que a diferente constituição dos espaços, incluindo as racionalidades correspondentes, teria sobre o voto de determinada região ou lugar?

Quando fala das greves, M. Santos (1994, p. 107) menciona o seguinte exemplo: “as greves mais largamente seguidas não se dão mais no sudeste do Brasil, talvez porque uma geografia extremamente racional se torna obstáculo à visibilidade do mundo. A subordinação à racionalidade impõe aos indivíduos um enquadramento e lhes reduz a possibilidade de manifestação de uma inconformidade”. A partir desta consideração, estende esta reflexão aos resultados eleitorais: “se uma grande maioria de eleitores de São Paulo preferiu sufragar partidos não progressistas, até que ponto esse conjunto formado por objetos técnicos racionalizados teve um papel neste tipo de voto?”.

O que significa, hoje, a opção de voto da maioria dos eleitores, nas eleições presidenciais de 2002, no Partido dos Trabalhadores, historicamente um partido de oposição, um partido “progressista”? O discurso político, parte da psicoesfera, mudou para conquistar a parte do eleitorado até então fiel a partidos mais conservadores?

E se “as contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos ‘modernas’ e, do ponto de vista social, das minorias” (M. Santos, 1994, p. 107), poderíamos dizer que nestes espaços opacos haveria um outro tipo de ação eleitoral?

Se temos, no período atual, um território nacional da economia internacional isto interfere na produção política do país.

Quanto mais contemporâneos os objetos maior será a subordinação às lógicas globais (mercado). Daí que um resultado eleitoral não reflete necessariamente a vontade dos eleitores de uma nação, de uma região ou lugar, uma vez que hoje é possível a construção de uma opinião pública ao nível nacional ou mundial, ou vinculada aos interesses dos atores hegemônicos, que dominam as variáveis-chave do período, entre elas a produção da informação. Uma informação que abastece o consumo político, uma vez que, como M. Santos já alertava, temos hoje mais consumidores do que eleitores.

Como as regiões e os lugares deixam de se explicar apenas pela coerência interna, uma eleição, assim como as regiões e os lugares, onde estão os eleitores, não se explica somente pela sua coerência interna mas também pelos vetores externos (B. Kayser, M. Santos, entre outros). Não poderemos também deixar de considerar que o lugar e a região são atingidos pelas verticalidades, e por uma psicosfera onde os discursos hegemônicos constroem necessidades desnecessárias.

Outra questão é sobre a duração e rigidez dos limites regionais e a vinculação de ações políticas a formas vazias, como é o caso, muitas vezes, dos limites político-administrativos.

Será que as eleições para o legislativo (vereadores, deputados estaduais e deputados federais) garantem esta ligação com a base local e regional?

### **Reforma política e território usado**

Estamos entendendo as reformas políticas como parte dos pactos territoriais, uma vez que M. Santos (1987) menciona como exemplo destes pactos, entre outros, a mudança na distribuição de cadeiras da Câmara Federal uma vez que tal medida modifica a representatividade dos Estados e da população.

Desse modo, para pensarmos a Reforma Política acreditamos necessário estar atento à diferenciação feita por M. Santos quanto a natureza dos pactos territoriais: funcional ou estrutural. Para M. Santos (1987, p. 105) “pactos funcionais interessam a parcelas da população e a interesses localizados, mas não atingem o âmago das relações sociais fundamentais. Criar um novo município, por exemplo, pode atender a interesses eleitorais (ocasionais) de um partido ou a interesses financeiros de um grupo. O mesmo se pode dizer em relação ao surgimento de novos Estados e Territórios. O que faz falta é a proposição de um pacto territorial estrutural, conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país e parte essencial deste projeto”.

Qual a natureza da Reforma Política se em um dos seus aspectos podem ser desconsiderados o território e seu uso?

Alguns debatedores da Reforma Política indicam como problema a questão da desproporcionalidade da representação dos Estados na Câmara Federal. Alega-se que o atual sistema de representado dos Estados nesta casa legislativa não corresponde à igualdade do voto prevista na Constituição.

A diminuição da representatividade (nº de representantes) das regiões que não são modernas, localizadas fora da região concentrada, leva-nos a se pensar: a diminuição da quantidade de representantes dessas regiões no poder legislativo não teria reflexo sobre a presença maior ou menos da ação estatal em áreas mais carentes de uma materialidade para o bem-estar das populações?

Seria importante pensar se a mudança na representatividade pode favorecer ou não uma política redistributiva. “Uma política efetiva redistributiva visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir desta constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentalização do território que a todos atribui, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente que não podem ser objetos de compra e venda de mercado no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e , neste caso, do Estado” (M. Santos, 1987, p. 113).

Ao analisar a expressão territorial do voto no Ceará, M. A. A. de Souza *et al.* (2002, p. 245) discute para a relação entre voto e território da escassez. “A fragilidade eleitoral, expressa pelo número reduzido de eleitores, logo de população, implicam na gestação de um território da escassez? Este é aquele desprovido de equipamentos e serviços e com altas taxas naqueles fatores que indicam uma deterioração da sociedade e dos indivíduos: alta taxa de mortalidade, falta de escolas, hospitais, de poços etc.. Veja-se, por exemplo, a região dos ‘sertões’? Mas, se aplicado um princípio democrático e humanitário elementar, lá onde existir um cidadão e um voto, deverá haver reciprocidade com as benesses dadas pelo poder!”.

A preocupação com a vinculação do representante às áreas geográficas correspondentes nas reformas eleitorais em sistemas proporcionais, apontado por J. Nicolau (2003, pp. 212-213), parece-nos pertinente ao enfoque geográfico quanto à reforma política em andamento no Brasil. Segundo este autor, “a conexão entre os deputados e o eleitorado depende de vários fatores: tipo de organização partidária, possibilidade de o parlamentar

alocar recursos orçamentários para sua circunscrição eleitoral, cultura política. Mas o sistema eleitoral é fator determinante. Quando apenas um parlamentar é eleito por distrito há garantia de que todo o território terá um representante no legislativo. Neste caso são fortes os incentivos para que o deputado crie vínculos mais diretos com os eleitores. No outro extremo, nos países que utilizam o sistema de lista fechada, são reduzidos os incentivos para que o representante cultive uma relação mais direta com os seus representados. Os sistemas de lista flexível e aberta estimulam uma maior personalização do voto, mas não garantem que todas as áreas geográficas tenham representantes no Parlamento. Um dos argumentos recorrentes dos defensores dos sistemas mistos (seja na sua versão de combinação, seja na de correção) é o de que a criação de um distrito que elege um único deputado teria duas vantagens: garantir que todas as áreas de um país tenha representantes e estimular maiores vinculações entre os parlamentares e os eleitores”

No caso brasileiro, uma reforma eleitoral, segundo o autor, deveria considerar que “o fato de algumas circunscrições conseguirem eleger um parlamentar é absolutamente contingente no sistema de lista aberta utilizado no Brasil: determinadas áreas conseguem eleger seus representantes (políticos que tem como base eleitoral o seu domicílio e outros municípios adjacentes) e outras não; algumas conseguem mais de um parlamentar, enquanto outras são incapazes de fazê-lo. Certos municípios mais populosos apresentam muitos candidatos, mas a dispersão de votos entre eles faz com que nenhum se eleja. De outro lado, alguns municípios menores que apresentam um único candidato acabam elegendo-o”. Estas desigualdades tem sido avo de críticas permanentes.

A sugestão mais recorrente para garantir que todas as áreas tivessem um representante é a adoção de um sistema de maioria simples em distritos de um representante (sistema distrital), ou seja, o país seria recortado em distritos, cada um deles elegendo um deputado. Para os defensores dessa proposta, deputados eleitos em distritos de um representante seriam mais facilmente identificáveis pelos eleitores, garantindo assim maior controle do eleitorado sobre os representantes.

Como seria esta regionalização ou “lugarização” do voto? Quais os critérios territoriais que deveriam ser adotados para esta vinculação geográfica dos votos no modelo distrital?

Atualmente, as principais propostas de introdução de distritos de um representante no país vem acompanhadas pela adoção de um sistema misto, com parte dos representantes eleita pela lista partidária. Enquanto todas as propostas anteriores pressupõem modificações no atual sistema proporcional, a defesa de uma maior vinculação entre

representado e representante exige a mudança de natureza do sistema representativo com a adoção de um sistema misto” (J. Nicolau, 2003, pp.221-222).

Delimitar distritos também pode garantir apenas um vínculo formal com a área geográfica? Como garantir uma vinculação geográfica que não se baseia apenas em formas (muitas vezes os casos de delimitações político-administrativas) mas sim em formas-conteúdo, no território e seu uso?

## REFERÊNCIAS

- BOUDEVILLE, Jacques-R. [1961]. *Os espaços econômicos*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*, Ática, São Paulo, 1986.
- GEORGE, Pierre [1966]. *Sociología y Geografía*, 2ª edição, Ediciones Península, Barcelona, 1974.
- KAYSER, B., P. GEORGE, R. GUGLIELMO e Y. LACOSTE [1964]. *A geografia ativa*. Difusão Européia do Livro, Edusp, São Paulo, 1966.
- LACOSTE, Yves [1976]. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Papirus, Campinas, 1988.
- NICOLAU, Jairo. “A reforma da representação proporcional no Brasil”, in: Maria Victoria BENEVIDES, Paulo VANNUCHI, Fabio KERCHE (orgs.), *Reforma política e cidadania*, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.
- SANTOS, Milton. [1971] *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, 3ª edição, Hucitec, São Paulo, 1991.
- SANTOS, Milton [1978]. *Por uma geografia nova*, 3ª edição, Hucitec, São Paulo, 1990.
- SANTOS, Milton [1985]. *Espaço & método*, 3ª edição, Nobel, São Paulo, 1992.
- SANTOS, Milton. *Espaço do cidadão*, Nobel, São Paulo, 1987.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*, Hucitec, São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996a.
- SANTOS, Milton. “O Lugar: encontrando o futuro”. In: *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, nº 6, julho-dezembro 1996b, pp. 34-39.
- SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernização na Argentina*. Laboplan-USP, FAPESP, São Paulo, 1999a.
- SILVEIRA, María Laura. “Imperio de la escala, escala del imperio”, in *Revista Universitaria de Geografía*, vol. 8, nº 1 e 2, Departamento de Geografía, Universidad Nacional del Sur, 1999b, pp. 105-113.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “A ‘explosão’ do território: falência da região?”, in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VII, Rio de Janeiro, abril 1993, pp. 85-99.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; Márcio Antônio CATAIA; Rubens de TOLEDO JUNIOR, *Território, lugar e poder. A expressão territorial do voto no Ceará*, Edições UVA, Sobral; Territorial, Campinas, 2002

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*, Territorial, Campinas, 2003.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul [1921]. *Princípios de Geografia Humana*. Cosmos, Lisboa, s/d.